
Os textos do Pe. Serafim Leite (S. J.) na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um projeto formativo centrado na ideia de nação católica

The texts of Fr. Serafim Leite (S. J.) in the Journal of the Historical and Geographical Brazilian Institute: a formative project focused in the Catholic nation idea

Los textos del Padre Serafim Leite (S. J.) en la Revista del Instituto Histórico y Geográfico Brasileño: un proyecto formativo centrado en la idea de nación católica

Flávio Massami Martins Ruckstadter*
Oriomar Skalinski Junior**

1

Resumo: Este artigo tem como tema a defesa de um projeto de nação centrado no catolicismo, presente no pensamento do intelectual luso-brasileiro Serafim Leite (1890-1969). Seleciona como fontes principais os quatro textos publicados pelo padre na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre 1944 e 1964. O objetivo é discutir o projeto formativo existente nos textos de Serafim Leite, situando-o em relação ao plano de construção da nação e da nacionalidade brasileiras elaborado pelo IHGB, ao longo do século XIX. A análise utiliza os referenciais elaborados por Antonio Gramsci, para compreender a partir das publicações de Serafim Leite e de sua defesa de um projeto de nação apoiado no catolicismo, o papel dos intelectuais na organização da cultura, especialmente na construção da hegemonia.

Palavras-chave: Serafim Leite. IHGB. Projeto formativo.

Abstract: This paper has as subject the defense of a project of nation centered on the Catholicism, present on the thought of the Portuguese-Brazilian intellectual Serafim Leite (1890-1969). It selects as main sources the four texts published by the priest on the Brazilian Historic Geographic Institute Review, between 1944 and 1964. The aim is to discuss the existing formative project in Serafim Leite's texts, situating it in relation to the Brazilian nation and nationality plan formulated by IHGB, during the 19th century. The analysis uses the references elaborated by Antonio Gramsci to understand, from Serafim Leite's publications and defense of a nation project supported on the Catholicism, the role of the intellectuals as culture organizers, especially on the construction of hegemony.

Keywords: Serafim Leite. IHGB. Formative project.

* Professor da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). E-mail: <flavioruckstadter@uenp.edu.br>.

** Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: <jrskalinski@yahoo.com.br>.

Resumen: Este artículo tiene como tema la defensa de un proyecto de nación centrado en el catolicismo, presente en el pensamiento del intelectual luso-brasileño Serafim Leite (1890-1969). Selecciona como fuentes principales los cuatro textos publicados por el padre en la Revista del Instituto Histórico y Geográfico Brasileño, entre 1944 y 1964. El objetivo es discutir el proyecto formativo existente en los textos de Serafim Leite, situándolo en relación al plan de construcción de la nación y de la nacionalidad brasileras elaborado por el IHGB, el lo largo del siglo XIX. El análisis utiliza el referencial elaborado por Antonio Gramsci, para comprender a partir de las publicaciones de Serafim Leite y de su defensa de un proyecto de nación apoyado en el catolicismo, el papel de los intelectuales en la organización de la cultura, especialmente en la construcción de la hegemonía.

Palabras clave: Serafim Leite. IHGB. Proyecto formativo.

Introdução

Serafim Leite (1890-1969) foi um padre da Companhia de Jesus que dedicou boa parte de sua vida e produção intelectual a pesquisar e redigir a história dos jesuítas no Brasil, no período da chegada dos inicianos a estas terras até a expulsão da Ordem (1549-1759). Sua obra intelectual inclui textos diversos produzidos e publicados em diferentes meios como livros, revistas e jornais desde 1913 até o ano de sua morte.

Herdeiro de uma tradição historiográfica de longa data produzida no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o padre Serafim Leite se tornou intelectual influente e conhecido nos meios acadêmicos na primeira metade do século XX, em função de seus trabalhos de pesquisa sobre os jesuítas. Autoridade intelectual sobre os assuntos relativos à história da atuação dos inicianos na história do Brasil, o padre integrou diversas associações intelectuais, como a Academia Portuguesa de História, a Academia Brasileira de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre outras.

Seus trabalhos sobre a história da Companhia de Jesus no Brasil começaram a ser produzidos a partir de 1932. Sua obra mais conhecida e referenciada, a monumental **História da Companhia de Jesus no Brasil**, foi publicada em dez tomos entre os anos de 1938 e 1950. Ela e outros trabalhos de Serafim Leite constituem referência importante nas pesquisas sobre a história da educação no período de atuação da Companhia de Jesus no Brasil, embora seu pensamento e atuação nos meios intelectuais sejam ainda pouco analisados pela historiografia educacional.

Para o presente estudo foram selecionados como fontes principais os quatro trabalhos publicados pelo padre Serafim Leite, entre 1944 e 1964, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Considerando os escritos no contexto de sua produção, delimitou-se como objetivo discutir o projeto formativo existente nos textos, situando-o em relação ao plano de construção da nação e da nacionalidade brasileiras, elaborado pela elite intelectual ligada ao IHGB ao longo do século XIX.

Parte-se da perspectiva de que a análise de artigos publicados por intelectuais em revistas, assim como demais modalidades de periódicos, oferece muitas possibilidades para que sejam investigados debates travados na esfera pública em um dado momento histórico. Assim, quando questionadas e confrontadas, as referidas fontes podem auxiliar na avaliação de quais projetos de conformação da sociedade estavam em questão naquele contexto, ao se considerar sua dinâmica particular na luta pela construção de uma hegemonia. Nesse sentido, Antonio Gramsci (2006) exalta o papel-chave dos intelectuais na organização da cultura, na medida em que atuam na

difusão e no fortalecimento de um conjunto de ideias e valores, cuja repercussão atinge o modo como os seres humanos organizam sua vida e estabelecem relações em sociedade.

Ao se assumir uma perspectiva segundo a qual as ações formativas, portanto dotadas de caráter educativo, devam ser avaliadas a partir de suas diferentes manifestações no plano da cultura, como elemento que sustenta a organicidade das relações entre infraestrutura e superestrutura, concebe-se a *práxis* educativa como ultrapassando a exclusividade dos discursos nomeadamente pedagógicos. Conforme Tom Bottomore (2001), a *práxis* pode ser definida como atividade universal e criativa, por meio da qual os sujeitos criam e conformam seu mundo humano. Nesses termos, o trabalho intelectual de Serafim Leite no seio dos debates encetados pelo IHGB, também pode ser entendido como expressão de um projeto formativo, particularmente, ancorado na cosmovisão católica.

A fim de encaminhar as discussões aqui apresentadas, o texto foi organizado em duas partes. Na primeira, analisamos a trajetória do IHGB e de sua revista como espaços de construção do sentido de nação e nacionalidade. Na segunda, apresentamos uma breve trajetória da formação intelectual e da obra de Serafim Leite para, em seguida, procedermos à análise dos quatro trabalhos publicados pelo autor na revista do instituto.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sua Revista: espaço de construção da nação

José Honório Rodrigues (1978) argumenta que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi o principal estimulador dos estudos históricos e que sua fundação teria representado o nascimento da pesquisa histórica no Brasil. Exageros à parte, é possível considerar que se o instituto não inaugurou a história propriamente dita, inaugurou ao menos um tipo de pesquisa histórica mais definida, mais refletida, planejada e politicamente mais nacionalista.

Fundado em 1838, o IHGB nasceu ligado à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), como fruto de uma proposta liderada por dois de seus membros, o marechal Raymundo José da Cunha Mattos (1776-1839) e o cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846). A proposta de criação da nova instituição, lida e aprovada em sessão de assembleia da SAIN realizada em 19 de agosto de 1838, informa os principais objetivos do Instituto:

1ª Fundar-se-á, sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, um Instituto Histórico, que especialmente se ocupe da história e geografia do Brasil [...]

3ª O fim deste instituto será, além dos que forem marcados pelos seus regulamentos, coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brasil¹. (IHGB, 1908, p. 6).

Oficialmente, a primeira reunião do IHGB aconteceu no dia 21 de outubro de 1838, nas dependências da SAIN, na presença de vinte e sete sócios-fundadores². Na ocasião, foram eleitos como presidente, o senador e conselheiro de Estado, José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847), o Visconde de São Leopoldo, e como primeiro e segundo secretários da instituição, Januário da Cunha Barbosa e Emílio Joaquim da Silva Maia, respectivamente. No mês seguinte, no dia 25 de novembro, aprovaram-se os primeiros estatutos do IHGB, foram eleitos os membros do conselho e os membros das quatro comissões criadas à época: Comissão de

¹ Nesta e em outras citações dos documentos, optou-se por atualizar a grafia para as regras vigentes do novo acordo ortográfico da língua portuguesa.

² A lista completa com os nomes dos fundadores pode ser consultada no sítio eletrônico do Instituto. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/ihgb/historico/socios-fundadores.html>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

História, Comissão de Geografia, Comissão de Fundos e Comissão de Redação da Revista³. (IHGB, 1908).

O discurso proferido por Januário da Cunha Barbosa no dia 25 de novembro de 1838, apresentou os estatutos do IHGB aos membros. Nele, Barbosa (1908) manifestou as duas principais diretrizes do instituto nascente: (1) a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e (2) o incentivo, ao ensino público, de estudos de natureza histórica.

A fundação do IHGB e o início da publicação de sua revista devem ser compreendidos em um contexto particular do início do período imperial. José Murilo de Carvalho (2012) afirma que o período de 1830 a 1889 foi para o Brasil e para toda a América Espanhola a continuação do “longo e doloroso parto” de seus Estados-nação. Nesse momento, foram forjados os traços marcantes de cada país, a natureza da sociedade, governo e cultura. No caso brasileiro, as chaves interpretativas do período são: as disputas em torno da questão da unidade política, a continuidade econômica e social, o modelo de governo “monárquico-presidencial” e uma cultura partida.

Após a abdicação de D. Pedro I (1831), o início do período regencial significou efetivamente o primeiro momento da história em que o governo do país ficou a cargo dos brasileiros. Embora o imperador-criança tenha sido aclamado aos cinco anos de idade – o que demonstra certa ratificação do regime monárquico – isso não impediu que vozes distintas aparecessem e ganhassem força. Nesse sentido, reproduziu-se no Brasil, na década de fundação do IHGB, o mesmo clima de tumulto pelo qual atravessou a América hispânica entre 1810 e 1825, na construção dos Estados Nacionais e de seus sistemas republicanos. Durante as regências trina e una, eleitas pelo voto popular nos termos da Constituição Outorgada de 1824, apareceram revoltas por todo o país que envolveram setores da população urbana e rural e que chegaram a promover a separação de três províncias: Bahia, Pará e Rio Grande do Sul.

Nesse contexto, a construção da nação independente tanto do ponto de vista de sua unidade territorial, bem como política, social, econômica e culturalmente se colocava como tarefa da qual não se poderia prescindir. Para aqueles que valorizavam a manutenção da unidade do país, entre os quais se encontravam praticamente toda a elite política treinada em Coimbra, a burocracia do Estado central, o grande comércio da capital e a nova agricultura cafeeicultora da província do Rio de Janeiro, tornou-se claro que sem a monarquia o país se fragmentaria. (CARVALHO, 2012).

No caso do IHGB é esta a elite intelectual que compôs seus quadros. Dessa forma, a instituição e sua revista representaram as vozes de um grupo especialmente ligado ao imperador D. Pedro II⁴ e sob sua proteção, em defesa da monarquia. Esse modo de organização, conforme descrito por Antonio Gramsci (2006), é típico da articulação sob a forma de redes estabelecida pelos intelectuais, notadamente, no que diz respeito à busca pela composição de uma unidade ideológica, ao atuarem no sentido da difusão de um conjunto ideias, sabidamente elementos de coordenação social. Em um período no qual os índices de analfabetismo da população ultrapassavam 85%, “[...] o instituto congregava o melhor da inteligência nacional e suas sessões contavam com a presença frequente do imperador. Foi responsável pela maior parte dos estudos

³ Merece atenção a criação de uma comissão para a redação e publicação da revista do IHGB no momento de fundação do instituto. Trata-se de uma estratégia que, mais tarde, mostrou ser bem-sucedida uma vez que a revista iria se constituir em espaço destacado de debates intelectuais de onde irradiariam as “interpretações autorizadas” sobre a nação e a nacionalidade brasileiras.

⁴ Nota-se a proximidade com o imperador nas capas impressas das revistas que traziam escrito logo abaixo do título: “Fundado no Rio de Janeiro debaixo da imediata proteção de S. M. I. O senhor D. Pedro II”.

históricos, geográficos e antropológicos realizados durante o segundo reinado [...]”. (CARVALHO, 2012, p. 29).

É possível pensar o IHGB, especialmente ao longo do século XIX, como espaço privilegiado, ocupado por uma parcela muito seleta da elite imperial. Seguindo tal raciocínio, é deste espaço e é este o grupo autorizado a “falar” sobre o Brasil. Seu projeto, bem definido, vê a história e o historiador como elementos essenciais na construção da nação:

A leitura da história enquanto legitimação do presente, carregada, portanto, de sentido político, é sem dúvida um aspecto importante do projeto historiográfico do IHGB. O historiador, na qualidade de esclarecido, deveria indicar o caminho da felicidade e realização aos seus contemporâneos: fiéis súditos da monarquia constitucional e da religião católica. (GUIMARÃES, 1988, p. 16).

Assim, o grande projeto dos intelectuais que fundaram o IHGB, em sintonia com as questões mais significativas para este grupo na época, consistia em mobilizar a história de maneira a construir uma determinada identidade a partir do conhecimento do passado: a identidade nacional brasileira. Para usar uma expressão de Eric Hobsbawm (1998), estes intelectuais conferiram um “sentido ao passado”, que serve como modelo ou padrão para o presente. Esta relação com a história, compreendida como mestra da vida, estava presente no discurso inaugural de Januário da Cunha Barbosa, que ao retomar Cícero, afirmava:

Basta atendermos ao que diz Cícero sobre a história, para conhecermos logo as vantagens que se devem esperar de um instituto que dela particularmente se ocupe [...]: a história é testemunha dos tempos, a luz da verdade, e a escola da vida. Por esta judiciosa doutrina bem facilmente se conhece quão profícua deve ser a nossa associação, encarregada, como em outras nações, de eternizar pela história os fatos memoráveis da pátria, salvando-os da voragem dos tempos, e desembaraçando-os das espessas nuvens que não poucas vezes lhes aglomeram a parcialidade, o espírito de partidos e até mesmo a ignorância [...]. (BARBOSA, 1908, p. 9).

Desembaraçar as nuvens que produzem parcialidade, ignorância e espírito de partidos é função da história. A historia magistra vitae não deve ser vista apenas como um adágio erudito presente no discurso de Barbosa, mas sim como princípio organizador que justificava e orientava as ações do IHGB de forma que fatos históricos memoráveis pudessem ser eternizados e salvos. (CEZAR, 2011).

Escrever a história da nação era tarefa tão fundamental para o IHGB que já em 1840, Januário da Cunha Barbosa estipulou um prêmio para a monografia que melhor traçasse um plano de escrita da história do Brasil. A monografia vencedora do concurso, premiada em 1847, foi publicada pela Revista do IHGB em 1845. Intitulada **Como se deve escrever a história do Brasil**, foi escrita pelo alemão Karl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868) e estabeleceu um programa que orientou trabalhos de mais de uma geração de intelectuais interessados em escrever a história do Brasil.

O texto de Von Martius definiu que um projeto coerente de escrita da história do Brasil deveria contemplar uma discussão sobre a participação das três raças na constituição histórica da nação brasileira. Estava evidente para o autor que o português conquistador se apresentava como o elemento mais forte, mas que as contribuições de indígenas e negros não deveriam ser desprezadas.

Disso necessariamente se segue que o Português, que, como conquistador, descobridor e Senhor, poderosamente influenciou aquele desenvolvimento; o Português, que deu as condições e as garantias morais e físicas para um reino independente; que o Português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um

grande erro para com todos os princípios da Historiografia-pragmática, se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população. Tanto os indígenas, quanto os negros, reagiram sobre a raça predominante. (VON MARTIUS, 1844, p. 382).

Seu trabalho apresenta um projeto de escrita da História do Brasil que tem claras funções políticas, o que indica sintonia com o projeto do IHGB: coligir e metodizar farta documentação sobre a história do Brasil para escrever uma história única. Também aqui aparece a ideia de *historia magistra vitae*:

A história é uma mestra, não somente do futuro, como do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas [...]. (VON MARTIUS, 1844, p. 401).

Não por acaso, o projeto de Von Martius foi premiado pelo IHGB. Sua ideia de uma história nacional capaz de unir, de aglutinar e que construísse um conjunto articulado de interpretações sobre o passado como possibilidade de atuar sobre o presente e o futuro estava adequado aos objetivos do instituto, ao pensamento de seus membros e aos interesses do regime monárquico vigente. Unir as interpretações sobre a história das mais variadas regiões do país poderia significar na prática, a manutenção da própria unidade territorial e política do Império:

A premiação outorgada ao trabalho expressa a concordância do IHGB com este projeto [...] a nação como unidade homogênea e como resultado de uma interpretação orgânica entre as diversas províncias, este o quadro a ser desenhado pelo historiador. E quantos não são os pontos de interseção com o projeto político centralizador em andamento! (GUIMARÃES, 1988, p. 17).

O projeto de Karl von Martius apontou caminhos que mais tarde se constituíram em base para o desenvolvimento de outros trabalhos, dentre os quais a famosa **História Geral do Brasil**, de Francisco Adolfo de Varnhagen. Ao longo do século XIX, o IHGB repetiu a fórmula e financiou diversas pesquisas, promovendo concursos e financiando expedições pelo interior do Brasil, seja com recursos próprios ou com recursos do Estado. Tais ações constituíram parte importante na construção da história oficial da nação brasileira. (GUIMARÃES, 1988).

O projeto de construção nacional do IHGB pode ser investigado a partir das publicações de sua revista. Integralmente disponível no sítio eletrônico do instituto⁵, o conjunto de uma das publicações periódicas mais longevas do mundo pode se constituir em fonte histórica para pesquisas no âmbito da história e da história da educação, sobretudo acerca dos debates intelectuais veiculados nesse espaço específico. Nessas publicações o pesquisador pode acompanhar o movimento das ideias num dado momento histórico:

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e

⁵ Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão. (SIRINELLI, 2003, p. 249).

A Revista do IHGB, publicada trimestralmente, além de registrar as atividades da instituição, como cerimônias, atos comemorativos e reuniões, se tornou no século XIX um espaço privilegiado de divulgação das pesquisas dos intelectuais ligados ao instituto. Nos primeiros anos, a revista publicava artigos, resenhas de livros, biografias e, majoritariamente, documentos originais.

Guimarães (1988) analisou os principais temas presentes nas páginas das revistas no período do Império. Segundo o autor, 73% dos trabalhos publicados tratavam de três temáticas centrais: (1) a questão indígena, (2) as viagens e explorações científicas e (3) estudos regionais. As três eram, no contexto do século XIX, temáticas fundamentais no processo de construção nacional que se pretendia.

Se é possível afirmar que o IHGB teve participação decisiva na constituição da ciência histórica no Brasil, deve-se destacar também sua contribuição na definição do campo da História da Educação Brasileira, pois foi no seio do instituto que se produziu a primeira obra dedicada exclusivamente ao estudo da temática no Brasil. Trata-se do livro publicado em 1889, de autoria de José Ricardo Pires de Almeida (1843-1913), intitulado **L'instruction publique au Brésil: histoire et législation (1500-1889)**.

Pires de Almeida era membro honorário do IHGB e, nesse sentido, compartilhava de seus objetivos de coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e a geografia do Brasil, especialmente no processo de construção da nação:

Partilhava também do projeto do IHGB de “desvendamento do processo de gênese da Nação” brasileira, percebida como “continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa”. Nesse movimento de construção identitária da Nação pelo IHGB, distinguir-se do outro era necessário, seja internamente apartando-se dos negros e índios, porque não portadores da noção de civilização; seja externamente das repúblicas latino-americanas, porque ameaças a forma de governo monárquico e representação da barbárie. [...]. (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 41).

Sua sintonia com a defesa do regime monárquico e, portanto, com uma tradição iniciada pela primeira geração de intelectuais do IHGB, pode ser observada em alguns trechos de sua obra. Nela, a educação desenvolvida no período colonial recebe pouca atenção: somente é citada na introdução, cinco páginas destinadas aos esforços precursores dos jesuítas e dez páginas destinadas às iniciativas pombalinas. Porém, a chegada da família real portuguesa, em 1808, é tida como marco fundador do início de uma constituição da nacionalidade brasileira. Seu elogio ao império fica explícito ao tratar de D. João VI, por exemplo:

A chegada de D. João VI ao Brasil mudou completamente as condições do país, sob todos os aspectos e, com a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, começa verdadeiramente a constituição da nacionalidade brasileira, nacionalidade proclamada em dezembro de 1815 e reconhecida, pouco tempo depois, por todas as potências da Europa. (PIRES DE ALMEIDA, 2000, p. 41).

Há certa polêmica em torno da influência da obra de Pires de Almeida na constituição da historiografia educacional brasileira. Tal polêmica advém do fato de seu livro ter sido publicado em língua francesa e traduzido para a língua portuguesa somente em 1989, um século após seu lançamento. Clarice Nunes (1995), por exemplo, argumenta que o livro de José Ricardo Pires de Almeida, apesar de tratar de uma temática educacional como eixo-central de sua discussão, não foi adotado nos cursos de formação de professores e nos Institutos de Educação. Por outro lado, Diana Vidal e Luciano Mendes Faria Filho (2003) argumentam que, embora não tenha sido

traduzido e adotado nos programas da disciplina de História da Educação nos cursos de formação de professores, isto não teria impedido sua leitura, uma vez que vários dos manuais utilizados nesses cursos citam a referida obra⁶.

Outro autor de destaque, influente no campo da História da Educação e ligado ao IHGB, é Primitivo Moacyr (1869-1942). Advogado e funcionário da Câmara dos Deputados de 1895 a 1933, ano de sua aposentadoria, foi chefe da redação de debates com o serviço de documentos parlamentares e, com tal experiência, levou ao pé da letra o lema positivista de que o “documento fala por si”. Assim sendo, dedicou-se a coligir documentos e publicá-los em vários volumes: oito referentes ao Império, publicados na Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional e sete sobre a República, publicados pela Imprensa Nacional, por iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Assim como o livro de Pires de Almeida, os volumes compilados por Moacyr se tornaram referências para os estudos subsequentes de história da educação brasileira. (SAVIANI, 2008).

Em que pese o pioneirismo do IHGB na elaboração de interpretações sobre a nação, nacionalidade e cultura brasileiras, no século XIX, no momento em que Serafim Leite escreveu os trabalhos que seriam publicados na revista do instituto, entre as décadas de 1930 e 1940, este pioneirismo não significava exclusividade. Naquele contexto, as interpretações sobre o passado brasileiro se multiplicavam em espaços intelectuais diversos e a questão nacional passou a ocupar largamente as pesquisas das ciências humanas no Brasil. Embora não seja objeto específico da análise deste texto, cumpre observarmos alguns aspectos.

Desde os anos 1930, a questão nacional, na condição de estudo da ‘especificidade brasileira’ foi ganhando cada vez mais importância no interior do campo das ciências sociais no Brasil, sendo um tema que, desde o século XIX, ocupava não só a arte, a literatura, mas também a historiografia. A Revolução de 1930, com seu projeto de um Brasil novo e moderno, buscou criar um ambiente intelectual dedicado ao trabalho sobre o passado. No fundo, o que se impunha era a ideia de que um futuro diferente só seria possível quando fossem elucidados os recursos do passado da ciência histórica. (GUIMARÃES, 2011, p. 26).

Especialmente a partir da geração de Gilberto Freyre (1900-1987), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e de Caio Prado Júnior (1907-1990), iniciou-se um processo que estabeleceria uma ruptura radical com a tradição da historiografia praticada pelo IHGB e por seus representantes estaduais. Apesar de, no início dos anos 1930, não existir possibilidade de formação universitária no domínio das ciências sociais e humanas, esses autores debateram as visões estabelecidas e os mitos construídos pela historiografia tradicional. Dessa forma, paulatinamente os institutos históricos cederam espaço e perderam o protagonismo no processo de construção das interpretações sobre a nacionalidade. Em pouco tempo, já se evidenciavam resultados de uma prática científica nas nascentes universidades, especialmente na Universidade de São Paulo⁷. (GUIMARÃES, 2011).

⁶ Alguns exemplos são os livros: **Noções de História da Educação**, de Júlio Afrânio Peixoto, **A cultura brasileira**, de Fernando de Azevedo, **Noções de História da Educação**, de Theobaldo Miranda dos Santos e **A instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil**, de Primitivo Moacyr. (VIDAL; FARIA FILHO, 2003).

⁷ No campo da História da Educação, por exemplo, são significativos os esforços empreendidos na USP pelo grupo reunido em torno do catedrático Laerte Ramos de Carvalho, nos anos de 1950 e 1960, no sentido de realizarem um amplo programa de pesquisas sobre a história da educação brasileira, antes mesmo da fundação dos primeiros programas de pós-graduação em Educação no Brasil. Deste trabalho coletivo resultaram teses que se tornaram referências na constituição do campo, tais como as teses de Roque Spencer Maciel de Barros, José Mário Pires Azanha, Casemiro dos Reis Filho, Jorge Nagle, entre outros. (BONTEMPI JR., 2015).

Nesse sentido, os debates intelectuais enunciados nesses diferentes espaços – institutos, academias, centro de investigações da história nacional, arquivos e universidades, por exemplo – contribuíram para criar narrativas que conferiram ao passado uma identidade com o presente. A análise desses debates permite aos historiadores vislumbrar mudanças do perfil intelectual brasileiro, no tange especialmente aos lugares de enunciação bem como ao regime de historicidade, ou seja, aos eixos centrais da análise e caracterização da história nacional. (WASSERMAN, 2006). Além disso, possibilita analisar de que formas os distintos grupos intelectuais se posicionavam na luta pela construção da hegemonia cultural.

Segundo Gramsci (2006), os intelectuais atuam na organização da cultura e, conseqüentemente, na construção da hegemonia cultural. No entanto, não compõem um grupo homogêneo e sua constituição e função devem ser analisadas em cada contexto histórico específico. Desse modo, neste artigo tratamos exclusivamente de um intelectual católico – membro do clero e de uma Ordem religiosa – e do que seu pensamento representava em meados do século XX, na elaboração das interpretações autorizadas sobre o passado brasileiro e veiculadas em um espaço também delimitado: a revista do IHGB.

Seja no campo da História, seja no campo da História da Educação, até meados do século XX, o IHGB teve considerável participação no início da produção de conhecimentos sobre o passado brasileiro. Os autores ligados ao instituto elaboraram um tipo específico de história que, por sua vez, foi decisiva na formação de uma ideia de nação e de identidade nacional. A tradição iniciada por eles, em grande parte publicada nas páginas da revista do instituto, deixou marcas na historiografia e, como veremos, na produção de Serafim Leite.

As publicações de Serafim Leite na Revista do IHGB: o papel da Companhia de Jesus na construção da nação

O padre Serafim Leite é considerado o principal historiador da Companhia de Jesus no Brasil. Suas obras constituem referência obrigatória àqueles que se dedicam ao estudo da atuação jesuítica no período da colonização portuguesa na América. Da mesma maneira que não se pode escrever a História da Educação do Brasil Colônia desconsiderando as ações dos padres jesuítas, não se podem analisar essas ações desconsiderando os trabalhos de Serafim Leite. Como historiador oficial da Companhia de Jesus no Brasil, seus textos permanecem como uma das principais fontes de informações para as investigações sobre o período.

Nascido em São João da Madeira, Serafim Leite concluiu seus estudos primários em 1899, em sua terra natal. Em seguida, estudou até os quinze anos na cidade do Porto, no Seminário Menor dos Carvalhos. Na seqüência, mudou-se com um tio para a Amazônia, no período de exploração da borracha naquela região. Viveu no Brasil até 1913, trabalhando como livreiro e retornou para a Europa, para retomar os estudos e seguir carreira eclesiástica. Sua formação superior se deu na Bélgica e na Espanha e sua ordenação aconteceu em 27 de julho de 1926, quando tinha 36 anos de idade. Seis anos mais tarde, em 1932, realizou a profissão religiosa na Companhia de Jesus, tornando-se jesuíta.

O fato de ter se tornado o principal historiador da Companhia de Jesus no Brasil não foi fruto do acaso. O padre nutria paixão pelos livros e até terminar os estudos, sempre foi um aluno dedicado e manteve boas relações com seus professores e colegas, conforme ele mesmo relata em **A minha vocação**. (LEITE, 1940). Entretanto, antes mesmo de seu ingresso na Ordem, já demonstrava uma predisposição para a escrita, o que, certamente, não passou de maneira despercebida por seus superiores na Companhia. Desde os tempos em que viveu no Brasil, quando fez sua estreia como escritor, publicando um conto no jornal local de Monte Alegre,

Serafim Leite não parou de escrever; mesmo durante os anos de estudo na Europa. E depois de sua ordenação sacerdotal, a escrita acabou por assumir uma importância muito maior em suas atividades, a ponto de ele vir a ser, em pouco tempo, considerado o historiador oficial da Companhia de Jesus no Brasil. Esse processo foi bastante acelerado a partir de sua profissão religiosa na Companhia de Jesus, em 1932⁸.

Naquele ano, Serafim Leite começou a trabalhar na pesquisa para escrever a **História da Companhia de Jesus no Brasil**. O trabalho era uma encomenda, que fazia parte de um projeto maior dos jesuítas portugueses da primeira metade do século XX, e consistia em produzir a História da Companhia de Jesus na Antiga Assistência de Portugal. Foi o seu superior em Portugal, padre Cândido Mendes⁹, quem encomendou o trabalho, dando-lhe, para tanto, a possibilidade de escolher qual parte da pesquisa queria realizar:

Deixava-lhe a opção entre a história dos jesuítas no Brasil e dos jesuítas no Oriente. Entre os dois objetivos não hesitou Serafim Leite: preferiu desde logo o Brasil. E não só por motivos sentimentais, acredito. No Oriente a matéria seria três vezes mais vasta, como se prova do esforço que vem sendo feito por uma equipe de exímios pesquisadores, em torno da publicação de suas fontes. (VIOTTI, 1970, p. 14).

A Companhia de Jesus era repartida em províncias, sendo que cada grupo de províncias, de acordo com critérios de seleção, geográficos ou linguísticos, constituía uma Assistência. Na antiga Companhia (antes da supressão da Ordem, em 1773) existiam seis assistências, a saber: Portugal, Itália, Espanha, Alemanha, França e Polônia. A Assistência de Portugal era composta pelas Províncias de Portugal, da Índia – que, posteriormente, se dividiu em Províncias de Goa e Malabar – do Japão, pela Vice-Província da China, pela Província do Brasil e Vice-Província do Maranhão. Além disso, existiam na Assistência as Missões de Angola, Moçambique e Etiópia. (LEITE, 2006, Tomo I, p. 12)¹⁰. Nesse sentido, escrever a história da atuação jesuítica na Antiga Assistência de Portugal era uma tarefa, de fato, não para uma, mas sim para várias vidas. Dessa forma, o trabalho de Serafim Leite deve ser analisado nesse contexto e nesse projeto maior da Ordem em Portugal¹¹.

O interesse dos jesuítas em produzir a história de suas ações nos tempos coloniais deve ser contextualizado. Desde as reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal, no século XVIII, a Companhia de Jesus se tornou a Ordem religiosa da Igreja Católica mais perseguida em Portugal. Vista como um império dentro do Império Português, os jesuítas foram expulsos dos territórios portugueses em todos os domínios, não apenas da Europa, mas da América, da África e da Ásia em 1759. O sentimento antijesuítico atravessou os séculos XVIII e XIX e chegou ao

⁸ Sua obra pode ser dividida em dois períodos, tendo como marco divisório o ano em que realizou sua profissão religiosa na Companhia de Jesus, 1932. (BATLLORI, 1962). Na primeira fase de sua produção, iniciada no Brasil, em 1913, encontram-se textos de natureza diversa, tais como obras literárias, estudos históricos, sociais e biográficos, por exemplo. Na segunda fase, que teria início após 1932, os textos versam sobre a história dos jesuítas no Brasil.

⁹ Padre Cândido de Azevedo Mendes, S. J. (1874-1943), nascido em Portugal, foi um dos fundadores da revista **Brotéria**, em 1902. Foi provincial dos jesuítas em Portugal por duas vezes, entre 1919 e 1924 e entre 1927 e 1933. Em 1934 dirigiu-se a Bahia, onde foi nomeado superior da Missão do Brasil Setentrional; quando a missão se tornou uma vice-província, o padre foi seu primeiro vice-provincial. No campo da ciência, dedicou-se especialmente à Zoologia, tendo publicado mais de trinta artigos na **Brotéria, Série Zoológica**. (O'NEILL; DOMINGUEZ, 2001, verbete MENDES, Cândido de Azevedo).

¹⁰ Para fins de padronização e para facilitar a localização ao leitor, nas citações da **História da Companhia de Jesus no Brasil**, acrescentaremos a partir deste ponto, a indicação, após o ano da edição que estamos utilizando, do tomo a que se refere a citação.

¹¹ Um exemplo que ilustra este projeto de escrita da história da atuação jesuítica na Antiga Assistência de Portugal são os sete volumes da obra **História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal**, escritos pelo jesuíta Francisco Rodrigues, e publicados entre 1931 e 1950.

início do século XX, expressando-se especialmente durante o período da Primeira República em Portugal (1910-1926). O período é marcado por um posicionamento de laicização do Estado português, sobretudo com o estabelecimento de uma política anticlerical e anticongreganista. Somente com a implantação da ditadura salazarista, em 1926 é que as relações entre Igreja e Estado começam a ser retomadas.

Há certa semelhança entre o contexto português e o contexto brasileiro. Do mesmo modo que em Portugal, o início dos anos de 1930 representava para a Igreja Católica um momento propício para a reaproximação da instituição com o Estado. Antonio Gramsci (2006), ao se referir às relações existentes entre sociedade civil e sociedade política, destacou o modo como os intelectuais, ao se imiscuírem nas mais diferentes instituições, entremeiam as relações do Estado com as demais entidades que compõem a organização social, dentre elas a Igreja. Efetivamente, no contexto da década de 1930, houve o florescimento de um espírito de cooperação, no qual o Estado era atento às solicitações dos líderes católicos e a Igreja atuava no sentido de amainar as tensões sociais. (ROMANO, 1979).

É nesse quadro histórico que devemos analisar a obra de Serafim Leite. Os trabalhos que tomamos como principais fontes históricas neste artigo foram publicados na revista do IHGB entre os anos de 1944 e 1964. Entretanto foram escritos durante o período da pesquisa que o autor realizou entre 1932 e 1950, quando terminou de publicar a **História da Companhia de Jesus no Brasil**. No contexto de publicação destes artigos, o padre já era reconhecido por sua pesquisa.

Os quatro artigos aqui analisados são:

(1) **Os jesuítas contra a invasão holandesa**, publicado no volume 183 em 1944, na seção **Trabalhos originais**. Composto de 40 páginas, o texto traz uma discussão sobre o papel desempenhado pelos jesuítas durante as invasões holandesas no século XVII. Foi publicado pelo IHGB e mais tarde, foi incluído como um capítulo do Tomo V da **História da Companhia de Jesus no Brasil**.

(2) **Segundo centenário do cartógrafo padre Diogo Soares**, publicado no volume 201, em 1948, na seção de **Conferências** proferidas no instituto. Trata de uma pequena nota biográfica de um padre cartógrafo da Companhia de Jesus, que viveu no Brasil no século XVIII.

(3) **Nóbrega no dia 25 de janeiro de 1554**, publicado no volume 226, em 1955, é uma discussão sobre a fundação da Vila de São Paulo de Piratininga e sobre a participação do padre Manuel da Nóbrega nessa ocasião, em 25 de janeiro de 1554. Foi publicado na seção **Transcrições**.

(4) **Terras que deu Estácio de Sá ao Colégio do Rio de Janeiro**, publicado no volume 264, em 1964, publicado na seção **Transcrições**, apresenta um documento por meio do qual Estácio de Sá doava terras para o Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro, no século XVI.

Em **Os jesuítas contra a invasão holandesa**, Serafim Leite (1944) trata dos episódios da invasão e presença dos holandeses em Pernambuco, entre os anos de 1630 e 1654, quando foram expulsos pelo General português Francisco Barreto desvanecendo “definitivamente o perigo do desmembramento do Brasil”. (LEITE, 1944, p. 195). O texto procura apresentar a participação dos jesuítas como essencial e indispensável na luta contra a invasão dos holandeses e no processo de resistência:

Os religiosos foram grande coluna da guerra [...] com a sua presença nos combates (os padres iam aos combates para assistir os feridos), os soldados se excitavam à batalha e

muitas vezes voltavam vitoriosos. Excitavam-se sobretudo os índios. A um chefe índio, que voltava triunfante de um combate, perguntou-lhe o General dos Portugueses, Matias de Albuquerque, o que queria como prêmio. O índio deu uma resposta que denota o seu estágio a caminho da civilização, parte ainda reflexo dos seus hábitos guerreiros ancestrais, parte já do seu espírito novo:

Pedimos duas coisas, uma de ti, outra do Padre Reitor que está presente. Do Reitor, que nem nós nem as nossas aldeias sejamos nunca abandonados dos padres da Companhia com a sua doutrina e assistência [...] de ti, grande general, pedimos, que mandes matar daqui em diante a todos os holandeses que tomares na guerra ou nos assédios, para que enquanto nós vivermos, não haja quem seja infiel à Lei e a El-Rei. (LEITE, 1944, p. 199).

Deste trecho, destaque-se a presença do religioso no campo de batalha, correndo riscos para socorrer aos feridos e com sua atuação destemida e heroica, animando aos combatentes. Interessante observar a forma como Serafim Leite descreve o índio: pela ação educativa do jesuíta já no caminho da civilização, mas ainda com hábitos guerreiros antigos.

A ação dos jesuítas na resistência em Pernambuco é interpretada pelo padre Serafim Leite como serviço de caráter militar e nacional. Embora não seja possível falar em nação ou pátria brasileira em um momento anterior ao do processo de independência, este é um recurso utilizado pelo padre no sentido de construir um sentimento nacional de longa tradição, isto é, conferindo ao passado um sentido de modelo para o presente. A este respeito, a ação educativa dos padres jesuítas na colônia em relação aos indígenas é destacada, uma vez que estes teriam uma ideia rudimentar de pátria:

A fidelidade dos índios era preocupação grande dos Padres [...] sabiam, pelo conhecimento experimental que deles tinham, que os que ficassem se transformariam em soldados do inimigo e perderiam a Fé, à qual faltava ainda o vínculo da tradição. Decidiu-se que os índios retirariam para Alagoas, tática de bons resultados, sempre em todas as guerras, fazer o vácuo à roda do inimigo, mais necessário no caso destes índios, ainda então com ideia rudimentar de pátria, limitada apenas à própria Aldeia, e esta ainda assim imóvel. (LEITE, 1944, p. 206-207).

O sentimento de patriotismo é exaltado nesse texto por meio da narrativa das trajetórias de dois padres jesuítas: o Pe. Manuel de Moraes, de vida “incoerente” e o Pe. Francisco Vilhena, de vida “coerente”. Ao melhor estilo dos intelectuais do IHGB, Serafim Leite escreve que “[...] A documentação inédita recolhida agora na Instituição em que se criaram, ajudará sem dúvida à reconstituição mais completa dos respectivos caracteres”. (LEITE, 1944, p. 210).

O Pe. Manuel de Moraes é descrito como “homem de sua raça, mameluco, mestiço, com todas as qualidades e defeitos dela”. “Valente”, “desprezador da morte”, “dedicado”, “bom religioso”, são alguns dos adjetivos utilizados. Tomado cativo pelos holandeses em 1635, acabou sendo desligado da Companhia de Jesus, por conta de suas ações “indignas de Cristão e muito mais de padre da Companhia”. (LEITE, 1944, p. 211).

A vida incoerente de Manuel de Moraes é analisada por Serafim Leite como resultado de sua má formação como jesuíta. Apenas com os cursos de Artes e de Teologia Moral, a assistência aos índios e a invasão holandesa impediram que o padre cursasse Teologia Escolástica, o que lhe privaria dos conhecimentos sólidos que o fortaleceriam contra práticas heréticas:

[...] sobrepondo a razão e os compromissos de honra e de religião à cegueira dos instintos sexuais. Por aqui efetivamente começou a sua desgraça. Com a insuficiência de formação, com o estrépito das armas, apagou-se-lhe a vida interior mais alta, e faltando-lhe este suporte, deixou-se cair para a vida inferior dos sentidos [...]. (LEITE, 1944, p. 211).

Após ser preso pelos holandeses, foi levado para os Países Baixos; na ocasião, o Provincial dos jesuítas no Brasil considerou-o desligado da Companhia e procurou informar a demissão canônica por todas as partes, com receio de que seu exemplo fosse utilizado contra a Ordem, como de fato o foi. Na Holanda, Morais contraiu matrimônio, enviuvou e casou-se uma segunda vez. A Inquisição de Lisboa abriu processo e lavrou sentença, queimando-o em estátua em 6 de abril de 1642. Os superiores jesuítas requereram que no processo inquisitorial não aparecesse “Companhia de Jesus”, uma vez que Morais já não fazia parte da instituição. Retornou a Pernambuco em 1643, com os três filhos, onde “[...] voltou à prática da religião, indo à missa e recebendo os sacramentos. Não só praticava então a religião verdadeira, mas a pregava, irritando os protestantes [...]”. (LEITE, 1944, p. 213).

Nos anos que se seguiram, Manuel de Morais teve participação em batalhas contra os holandeses, como na Batalha das Tabocas (1645), em que “[...] invocando Nossa Senhora, e dando mostras, com desprezo da vida e sentimento religioso, de que renascia nele o antigo homem [...]” (LEITE, 1944, p. 213). Em função disso, conseguiu perdão de sua condenação inquisitorial, como resultado de um longo processo de negociação, em 10 de março de 1648.

Sua vida aventureira chamou a atenção de vários estudiosos, como Afonso de Taunay, Oliveira Lima e Eduardo Prado. Serafim Leite considera que como objeto da História da Companhia de Jesus, Manuel de Morais cessa de o ser em 1635. Mas o relato que acompanha os anos posteriores é feito para evidenciar que a Companhia não o abandonou nem o desprezou, quando retornou pródigo e contrito. Entretanto, isto não deveria servir para que esta vida se tornasse objeto de mais respeito do que outras igualmente ou mais heroicas, já que souberam se manter firmes dentro dos caminhos do dever e da dignidade. (LEITE, 1944).

O contexto da presença dos holandeses no nordeste do Brasil no século XVII é bastante complexo. Antes de tudo, a colonização holandesa foi comercialmente motivada, organizada por uma companhia mercantil e centrada nos negócios que envolviam a produção açucareira e o tráfico de escravos africanos. Enquanto foi lucrativa, os investimentos e créditos holandeses fluíram para a região e para sua defesa militar. Desse modo, seu final, com a retomada do território pelos colonos portugueses, mais do que produto da ação heroica de determinados colonos e jesuítas, deve ser analisado como resultado de outros vários fatores, tais como aqueles elencados por Ronaldo Vainfas: o declínio das exportações a partir de 1643, a redução dos investimentos militares dos holandeses durante o período da guerra de restauração, a vitória dos portugueses em Luanda em 1648, que inviabilizou os projetos holandeses de controle do comércio atlântico e a guerra entre Inglaterra e Holanda (1652-1654) que eliminou em definitivo a possibilidade do envio de reforços militares para a defesa de Pernambuco. (VAINFAS, 2014).

A experiência de um quarto de século deixou marcas suficientes para que muitos historiadores, sobretudo a partir do século XIX, exaltassem a ação colonial holandesa como superior à portuguesa ou então, por outro lado, a Insurreição Pernambucana como elemento da brasilidade, precursora do sentimento nacional. Em relação a este último aspecto, a **História Geral do Brasil**, de Varnhagen, é exemplar. Como herdeiro dessa tradição, Serafim Leite sugere que o patriotismo – ou o sentimento de nacionalidade – contribuiu na resistência dos colonos, índios e jesuítas às invasões holandesas. Por sinal, os padres da Companhia de Jesus são tratados como protagonistas nesse processo. No mesmo texto, quando trata da vida “coerente” do padre Francisco de Vilhena, os jesuítas são indicados como partidários dos defensores de Pernambuco. Além disso, quando interpreta a expulsão dos holandeses como um fator positivo na manutenção da unidade territorial, Serafim Leite aborda um dos temas centrais na construção da nação brasileira: a questão da dimensão territorial brasileira como elemento que a distingue das nações vizinhas. Outro aspecto importante diz respeito à ação educativa dos padres. Descritos como

protetores dos índios, os jesuítas são retratados por Serafim Leite como os responsáveis por garantir que os nativos, “rudimentares e pouco ligados à tradição”, não se tornassem soldados dos inimigos e abandonassem a fé católica.

O texto **Segundo Centenário do cartógrafo Padre Diogo Soares** resulta de uma conferência proferida por Serafim Leite no IHGB em sessão de 21 de dezembro de 1948. Na ocasião se completavam dois séculos do falecimento do padre Diogo Soares, nas minas de Goiás (1748). Esse jesuíta veio para o Brasil com a incumbência de chefiar a missão cartográfica nomeada pelo rei D. João V em 1729, para fazer mapas de todo o Brasil. Neste trabalho aparece a ideia de que o Brasil não existia como nação, mas sim precisou ser criado:

Se o Brasil, como a China e o Japão quando lá chegaram os portugueses, fosse também nação preexistente, não teriam faltado aqui mestres para estudos superiores de Matemática. Mas o Brasil não preexistia, fez-se. E esta construção era empresa mais urgente de que qualquer outra, por aquela razão elementar de que *primus est esse, deinde philosophare*. (LEITE, 1948, p. 85).

As atividades científicas são apresentadas como elementos constitutivos da nação, isto é, da civilização. A este respeito, Serafim Leite aproveita o segundo centenário da morte do padre cartógrafo para lembrar em seu discurso a presença de outros jesuítas nessas atividades, desde o século XVI. Dentre eles: Pe. Gaspar de Samperes, engenheiro militar, espanhol, construtor da primeira fortaleza dos Reis Magos no Rio Grande do Norte; Inácio Staffort, inglês que esteve no Brasil em 1640, autor da Geometria de Euclides; Manuel do Amaral, português, professor da Universidade de Coimbra, falecido no Pará em 1698; Aloísio Conrado Pfeil, suíço, missionário no Amapá, pintor, matemático e cartógrafo, falecido em 1701¹²; Valentin Estancel, morávio, professor de matemática nas Universidades de Praga, Olmutz e das aulas de Esfera do Colégio de Santo Antônio de Lisboa, viveu no Brasil por 42 anos; Felipe Bourel, professor de Matemática na Universidade de Coimbra, missionário e fundador da cidade de Apodi no Rio Grande do Norte; Jacob Cocleo, francês, cartógrafo que viveu no Brasil¹³.

Serafim Leite apresenta no texto a obra de Diogo Soares, dividida em cinco categorias: (1) Topografia, (2) Cartografia, (3) Astronomia Matemática, (4) Ciências Naturais e (5) Pesquisa documental. O curto texto, de menos de quatro páginas, é concluído com um elogio às atividades dos jesuítas no campo científico, ao lado formação espiritual e moral da nova nação:

[...] Claro está que a atividade dos jesuítas no Brasil, tinha que revestir outros aspectos para a formação material e sobretudo espiritual e moral da nova nação que ia nascer do nada, que era o Brasil, quando os portugueses chegaram em 1500. Mas também no setor das ciências exatas, quando o Brasil crescer, se assinalou com vigor a presença da Companhia de Jesus. Significado e razão de ser, desta breve, humilde e fugidia comemoração bicentenária. (LEITE, 1948, p. 87).

O texto **Nóbrega no dia 25 de janeiro de 1554**, composto de oito páginas, foi publicado mais de uma vez. Anteriormente, já integrava o primeiro tomo da **História da Companhia de Jesus no Brasil**, de 1938 e havia sido publicado na revista **Brotéria**. Sua republicação em 1955 pela revista do IHGB pode estar associada ao contexto das comemorações dos 400 anos da cidade de São Paulo, ocorrido no ano anterior. Evento grandioso, o IV Centenário mobilizou não apenas os debates intelectuais, mas a própria população paulistana em três dias de festividades.

¹² Um de seus documentos foi classificado como “documento decisivo” pelo barão do Rio Branco para resolver a questão de limites com a Guiana Francesa. (LEITE, 1948).

¹³ Missionário no Ceará, teria sido intermediário entre o Conde de Óbidos e os jesuítas da Amazônia na passagem da cultura do cacau para a Bahia. (LEITE, 1948).

O texto de Serafim Leite discute a fundação da cidade de São Paulo, ou de forma mais precisa a participação de Nóbrega nesses episódios do dia 25 de janeiro de 1554. O trabalho visa esclarecer e resolver um problema: na obra de um dos cronistas do século XVII, padre Simão de Vasconcelos, aparece a informação que a fundação de São Paulo de Piratininga teria ocorrido debaixo da obediência do Padre Manuel de Paiva, que teria enviado os irmãos jesuítas naquela ocasião para a região. Amparado em farta documentação, a saber, as cartas de Nóbrega, Anchieta e padre Luis da Grã, Serafim Leite argumenta que Nóbrega é, de fato, “primeiro e principal fundador” de São Paulo.

Serafim Leite descreve Nóbrega como um homem de governo, com a qualidade de prudência natural. Reconstituindo os passos do missionário a partir das fontes a que teve acesso, Leite desconstruiu o discurso do cronista jesuíta do século XVII, Simão de Vasconcelos.

Os trabalhos de Serafim Leite se valeram de uma facilidade que o padre tinha em relação a outros pesquisadores. Como membro da Companhia de Jesus, tinha acesso livre aos arquivos e fontes históricas para a escrita de sua obra. Além disso, o fato de ser obra encomendada pela própria Ordem o favorecia do ponto de vista material. Isso permitiu a ele reunir um farto conjunto documental.

A prática de exaltar figuras do passado era muito comum entre os intelectuais ligados ao IHGB. Ocupar-se de personalidades destacadas parecia ao instituto uma possibilidade de tirar da história os exemplos para o presente. (GUIMARÃES, 2011). Esta era também uma prática de longa data no interior da Companhia de Jesus: desde o século XVI os jesuítas produziram biografias de seus membros mais ilustres, em um modelo de escrita semelhante à hagiografia medieval¹⁴. Este culto aos vultos da Ordem cumpria uma função pedagógica e política, já que ensinava pelo exemplo e disseminava informações sobre a atuação dos jesuítas com vistas a garantir o prestígio da instituição no interior do catolicismo e na própria sociedade. Do mesmo modo, os elogios à ação científica – como no texto sobre o padre Diogo Soares – ou às ações missionária, educativa e administrativa de Nóbrega divulgam em um espaço intelectual relevante – a revista do IHGB – a presença marcante da Ordem no passado colonial e nas origens de uma das principais cidades do país.

O último trabalho de Serafim Leite na Revista do IHGB foi o texto **Terras que deu Estácio de Sá ao colégio do Rio de Janeiro – A famosa sesmaria dos jesuítas – Documento inédito quinhentista**. Da mesma forma que o texto sobre Nóbrega e a fundação de São Paulo, este trabalho foi republicado num contexto de comemorações da fundação da cidade do Rio de Janeiro (1565). Sua primeira publicação tinha se dado em 1935 na revista **Brotéria**, em Portugal. Mais uma vez, o pioneirismo e a liderança dos jesuítas no processo de construção da nação são exaltados pelo padre. Entretanto, outro aspecto na publicação deste texto merece atenção: a polêmica sobre as propriedades dos jesuítas¹⁵.

De início, Leite retoma um artigo publicado na revista do IHGB, que segundo ele contém uma incorreção¹⁶:

¹⁴ No Brasil, o exemplo mais notório é de José de Anchieta, que logo após sua morte, em 1597, teve sua vida retratada pelo padre Quirício Caxa. Nos séculos seguintes, outras biografias foram escritas para difundir sua “vida heroica” às novas gerações. (RUCKSTADTER; ARNAUT DE TOLEDO, 2006).

¹⁵ Os jesuítas se envolveram no Brasil, com o universo produtivo colonial, chegando a se constituir em grandes proprietários de terras e bens e, além disso, gozando de alguns benefícios reais que lhes permitiam alguma autonomia quando comparados a outros produtores na colônia. Isso não era bem visto pelos colonos. (ASSUNÇÃO, 2004).

¹⁶ Trata-se do artigo de João da Costa Ferreira, intitulado **A cidade do Rio de Janeiro**, publicado no volume 164 da revista em 1933.

Para a eficiência da sua obra pediu e aceitou bens a Companhia de Jesus. Censuram-na alguns por isso e por zelarem os seus padres a conservação e aumento desses bens, tendo feito voto de pobreza voluntária.

Semelhantes acusações provam em quem as formula desconhecimento da natureza desse voto e do fim próprio da Companhia. E como as vemos insertas numa Revista de responsabilidade, qual é a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro há o perigo de que alastrem como nódoa em pano bom. (LEITE, 1964, p. 331).

Segundo o autor, o voto de pobreza voluntária dos jesuítas não deve ser visto como um impedimento para que a Ordem tenha bens. O fato de serem religiosos que vivem em companhia, mas não enclausurados, não permite aos padres que dispensem os bens comuns. De fato, isto seria um problema para a realização de sua obra:

[...] Mas também não realizariam obra de conjunto, grande e eficaz, como foi a dos aldeamentos e liberdade dos índios, a da catequese, instrução e educação do Brasil. Como poderiam, por exemplo, fazer entradas ao sertão? Impor-se aos índios e aos colonos? Angariar livros? Prover a sustentação, estável, ao abrigo de surpresas, durante anos contínuos dos seus professores, missionários e estudantes? (LEITE, 1964, p. 332).

Os bens da Companhia foram entendidos pelo padre Serafim Leite como meios para o sustento de uma obra com um objetivo maior. Se tivessem que cavar a terra e buscar por si mesmos os meios de subsistência não teriam tempo para se dedicarem a atividades superiores que eram a razão de sua existência. “[...] Hoje há dotações e subsídios dos governos para as missões e ensino. Antigamente havia coisa semelhante, com a doação de terras e assinação de rendas, igualmente oficiais”. (LEITE, 1964, p. 332).

Serafim Leite considera o sucesso nos negócios dos jesuítas uma virtude, já que os padres estavam incumbidos de gerir os bens de uma comunidade e não os bens individuais. Era uma obrigação moral, exaltada no trecho a seguir:

Se se mostrassem débeis naquela sociedade primitiva, composta de muita gente séria, sem dúvida, mas também de não poucos aventureiros, a fraqueza dos padres teria como remate o abandono do campo e a redução ou inutilização total dos seus ministérios, por falta de meios materiais para os efetuar. Sofreria a catequese, a instrução e civilização do Brasil! (LEITE, 1964, p. 333).

O trabalho dos jesuítas na administração dos seus bens é visto como essencial para o sucesso de toda a colonização, pois não haveria instrução e civilização sem os meios materiais que a proovessem. Mais uma vez, a Companhia de Jesus e, portanto, o próprio catolicismo, aparecem como protagonistas da construção da nação, da civilização brasileira.

Conclusão

Os quatro trabalhos de Serafim Leite publicados na revista do IHGB se constituem em fontes para a análise sobre as interpretações elaboradas acerca da presença e participação dos jesuítas na colonização do Brasil, na primeira metade do século XX. A partir delas, verificou-se certa sintonia com os discursos presentes no interior da revista do instituto desde o século XIX. Em termos de permanências, podemos apontar a preocupação em utilizar a história como mestra da vida: para Serafim Leite, o conhecimento do passado tem claramente uma função político-pedagógica já que serve à educação dos homens do presente a partir dos exemplos de outros tempos e sociedades. Conforme observou Eric Hobsbawm (1998) esta é uma das formas de uso social do passado à qual os historiadores devem estar atentos.

A exaltação das ações dos jesuítas no processo de colonização, nas diferentes frentes em que atuaram, tais como na luta contra os invasores holandeses, na fundação de cidades, na administração das coisas terrenas e divinas, e especialmente, na educação das populações indígenas merece atenção. Essa exaltação constrói um sentido para o passado, especialmente para a participação da Igreja Católica representada pela Companhia de Jesus, nesse processo. Dessa maneira, é possível afirmar que o trabalho premiado pelo IHGB no século XIX, de Karl Von Martius, encontra ecos nos trabalhos aqui analisados. O tema de como nasce a nação, ou seja, pela mistura das raças, é tratado por Serafim Leite que prioriza a ação jesuítica do catolicismo e a interpreta como elemento predominante na construção da civilização brasileira.

Além disso, exaltar o passado colonial jesuítico, apontando o catolicismo como elemento essencial na fundação da nação brasileira cumpria funções distintas, mas complementares. Esta forma de lidar com o passado pode ser interpretada como uma das faces de uma luta pela construção da hegemonia cultural e do papel dos intelectuais como organizadores da cultura, conforme concebido por Antonio Gramsci (2006). Por um lado, como jesuíta português o padre tinha a encomenda de uma obra monumental sobre a história da Ordem religiosa no Brasil, em um momento no qual os jesuítas buscavam retomar as glórias de outros tempos, seja no interior da Igreja de maneira restrita, seja na própria sociedade portuguesa de maneira geral. Por outro lado, como intelectual no Brasil o padre tomava parte em debates sobre a construção da nação e do sentimento nacional e, especialmente, sobre a participação da religião católica nesses processos.

Assim, estavam fundados os termos do projeto que encontrava expressão nos textos de Serafim Leite, efetivamente, um lastro comum para suas publicações, com temáticas variadas, mas convergentes para uma ideia formativa sustentada na cosmovisão católica. Expressa de maneira nem sempre categórica, mas sob a forma de um conjunto de valores e ideias que encetavam interpretações sobre a história da nação e sobre a composição da nacionalidade para um sentido particular, qual seja, o papel do catolicismo na formação da cultura brasileira.

Os temas tratados pelo autor em meados do século XX estavam adequados e apropriados àquele contexto. Fazem parte dos debates intelectuais que a partir dos anos de 1930, tinham preocupações políticas claramente práticas, tais como com as questões indígena e da ocupação do interior do Brasil. O projeto de marcha para o Oeste do governo Vargas é exemplar nesse sentido. Tratar e exaltar o protagonismo dos jesuítas na formação da nação brasileira, na educação dos índios e na conquista do território é parte integrante, portanto, daquilo que Eliane Dutra (2012) definiu como um projeto que visava formar uma consciência nacional, abraçar o Brasil, estudá-lo em todos seus aspectos e problemas, tornando-o mais conhecido para ser mais amado.

Referências

ALMEIDA, J. R. P. de. **Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000.

ASSUNÇÃO, P. de. **Negócios Jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos**. São Paulo: EDUSP, 2004.

BARBOSA, J. da C. Discurso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo I. 3. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. p. 9-17.

- BATLLORI, M. **Bibliografia de Serafim Leite S. J.** Roma: Institutum Historicum S. I., 1962.
- BONTEMPI JÚNIOR, B. **Laerte Ramos de Carvalho e a constituição da História e Filosofia da Educação como disciplina acadêmica.** Uberlândia: EDUFU, 2015.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CARVALHO, J. M. de. As marcas do período. In: CARVALHO, J. M. de (Coord.). **A construção nacional (1830-1889).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 2. p. 19-35. (Col. História do Brasil Nação 1808-2010).
- CEZAR, T. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. In: NEVES, L. M. B. P. das et al. (Org.). **Estudos de historiografia brasileira.** Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 93-124.
- DUTRA, E. Cultura. In: GOMES, A. C. (Coord.). **Olhando para dentro (1930-1964).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 4. p. 229-274. (Col. História do Brasil Nação 1808-2010).
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- GUIMARÃES, M. L. S. **Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857).** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988.
- HOBBSAWM, E. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- IHGB. **Revista do IHGB.** Tomo I. 3. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.
- LEITE, S. A minha vocação. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, Rio de Janeiro, 60, p. 383-394, jul./dez. 1940.
- LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Tomos I-X. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.
- LEITE, S. Nóbrega no dia 25 de janeiro de 1554. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 226, p. 354-361, jan./mar. 1955.
- LEITE, S. Os jesuítas contra a invasão holandesa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 183, p. 195-235, abril/jun. 1944.
- LEITE, S. Segundo centenário do cartógrafo padre Diogo Soares. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 201, p. 84-87, out./dez. 1948.
- LEITE, S. Terras que deu Estácio de Sá ao colégio do Rio de Janeiro – A famosa sesmaria dos jesuítas – Documento inédito quinhentista. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 264, p. 331-353, jul./set. 1964.

NUNES, C. A instrução pública e a primeira história sistematizada da educação brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 93, p. 51-59, maio, 1995.

RODRIGUES, J. H. **Teoria da história do Brasil**: introdução metodológica. 4. ed. atualizada. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1978.

ROMANO, R. **Brasil**: Igreja contra Estado – crítica ao populismo católico. São Paulo: Kairós, 1979.

RUCKSTADTER, F. M. M.; TOLEDO, C. A. A. de. Análise da construção histórica da “figura heroica” do padre José de Anchieta. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, n. 5, p. 13-26, jan./dez. 2006.

SAVIANI, D. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS**, São Paulo, v. 10, n. esp, p. 147-167, 2008. DOI: 10.5585/eccos.v10i0.1356

SIRINELLI, J-F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.

VAINFAS, R. Tempo dos flamengos: a experiência colonial holandesa. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, M. de F. **O Brasil Colonial, vol. 2 (1580-1720)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 227-266.

VIDAL, D. G.; FILHO, L. M. F. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, jul. 2003. DOI: 10.1590/S0102-01882003000100003

VIOTTI, H. A. **Padre Serafim Leite, S. J. (1890-1969)**. Separata da Revista Verbum, Rio de Janeiro, Tomo XXVII, fasc. 1-2, mar./jun. 1970.

VON MARTIUS, K. F. P. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, Tomo VI, p. 381-403, 1844.

WASSERMAN, C. Identidade Nacional: o Brasil para seus intelectuais. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1-2, p. 23-36, jan./dez. 2006.

Recebido em 07/08/2016

Versão corrigida recebida em 24/09/2016

Aceito em 30/09/2016